



RESOLUÇÃO

COMBATER O NOVO PROGRAMA DE AGRESSÃO

INTENSIFICAR A LUTA CONTRA A POLÍTICA DE DIREITA E PELA DEMISSÃO DO GOVERNO

O imenso mar de gente que neste 1º de Maio saiu à rua para participar nos desfiles e manifestações organizados pela CGTP-IN mostra que existe e se desenvolve uma elevada consciência do momento grave que o país atravessa e da necessidade em prosseguir e intensificar a luta para acabar com a política de direita que tem levado a vida dos trabalhadores e do povo ao empobrecimento e o país à ruína.

A CGTP-IN saúda os trabalhadores, os jovens, os reformados e pensionistas, os desempregados, o povo português que, por todo o país, desde os grandes centros urbanos às pequenas localidades, de norte a sul, dos Açores à Madeira, comemoraram em festa, mas sobretudo em luta, o Dia do Trabalhador, lembrando a memorável jornada de há 40 anos atrás, quando o movimento operário e os trabalhadores, firmes e unidos em torno da sua central de classe, a Intersindical Nacional, criada em 1 de Outubro de 1970, ergueram e juntaram a sua voz ao povo nas ruas, marcando de forma indelével o curso da Revolução de Abril.

Saudamos os trabalhadores e as trabalhadoras dos sectores privado, público e empresarial do Estado, os sindicatos, os dirigentes e delegados sindicais da CGTP-IN, todos aqueles que têm continuado as tradições do movimento sindical unitário e de classe e que, com grande coragem e determinação, têm honrado a luta das gerações que nos antecederam. Têm sido decisivas as lutas que conduziram a vitórias importantes nos locais de trabalho, como são exemplo as lutas que permitiram aumentar os salários, ou as lutas na Administração Local pelas 35 horas, com centenas de Acordos Colectivos celebrados e que têm de ser aplicados e estendidos de forma imediata a toda a Administração Pública. Lutas com resultados importantes na passagem de trabalhadores com vínculos precários a efectivos, na defesa dos direitos laborais e sociais e da contratação colectiva, e que têm impedido que as consequências da política de direita sejam ainda mais graves.

Neste momento determinante da nossa vida colectiva, num quadro em que aumenta a exploração na razão directa da acumulação e concentração de riqueza nos grupos económicos e financeiros, em que cresce o empobrecimento para a generalidade da população e alastram as desigualdades, ao mesmo tempo que são desferidos fortes ataques contra a Constituição e o Regime Democrático que ela consagra, justifica-se, ainda com maior importância, estender a saudação àqueles que, na noite negra e sangrenta do fascismo, enfrentaram com coragem a repressão, despertaram consciências, mobilizaram vontades, derrotaram fatalismos e forjaram as condições para acontecer Abril.

Hoje, tal como ontem, os trabalhadores precisam de combater a exploração e o empobrecimento e continuar a luta para derrotar a política de direita que foi seguida nos últimos 37 anos e retomar os valores de Abril, colocando-os no Futuro de Portugal.

Governo decreta um novo ataque aos trabalhadores dos sectores público e privado

A CGTP-IN repudia e combate as medidas contidas no novo programa de agressão contra os trabalhadores, o povo e o país, programa que é consubstanciado no documento de estratégia orçamental (DEO) para o período 2014-2018, que o Governo divulgou no fim da semana passada. Com este novo programa de agressão, que é a continuação dos anteriores programas de austeridade, exploração e empobrecimento, o Governo dá mais um passo na escalada do roubo dos salários, da ofensiva anti-laboral, da redução das pensões e da protecção social aos trabalhadores e pensionistas, do desmantelamento das funções sociais do Estado na educação, saúde e segurança social e da privatização e destruição dos serviços públicos.

Ao mesmo tempo, os trabalhadores são sobrecarregados com mais aumentos de impostos, mantendo-se o brutal peso da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho e dos pensionistas, através do IRS e, agora, com o anúncio da nova TSU e do aumento do IVA, assim como são mais sacrificados com os novos aumentos de todos os produtos e bens essenciais. E tudo isto, enquanto vêm aí novas reduções do IRC para as grandes empresas, de forma a aumentar os seus lucros e dar mais privilégios aos accionistas.

São medidas para favorecer de novo o capital e penalizar ainda mais os trabalhadores, os pensionistas e o país, porque:

- ◆ *Visam continuar a política dos PEC e do programa de agressão, de exploração e empobrecimento.* Em 2014, as medidas representam mais de 3,5 mil milhões de euros e em 2015 mais 1,4 mil milhões de euros. E para 2016 e anos seguintes, o DEO 14-18 prevê a continuação das reduções de despesa com pessoal na Administração Pública e com prestações sociais;
- ◆ *Atingem, novamente e com maior intensidade, os mesmos de sempre:* os trabalhadores, os pensionistas, os desempregados e os que menos podem e menos têm. O corte nas despesas com o pessoal e com as prestações sociais representa 64% da redução total da despesa em 2014. Nos anos seguintes, serão também estas duas rubricas que terão maiores reduções;
- ◆ *Mantêm a Contribuição Extraordinária de Solidariedade,* mudando-lhe apenas o nome, passando a chamar-lhe contribuição de sustentabilidade, ou seja, mantém o roubo aos pensionistas através de uma taxa que, de novo, só tem o seu carácter permanente. Além disso, será aplicada uma nova fórmula para a actualização das pensões. Independentemente de juízos de constitucionalidade quanto a uma medida que sempre foi apresentada como transitória e excepcional e que agora se prevê como permanente, estamos perante um ataque brutal contra todo um grupo social (os pensionistas e reformados, mas também, os trabalhadores de hoje que amanhã serão reformados), o que é totalmente condenável e inaceitável num regime democrático;
- ◆ *Consolidam uma trajectória de elevado nível de desemprego,* com uma previsão para a taxa oficial de desemprego superior a 13%, em 2018;
- ◆ *Impõem a diminuição do emprego e perpetuam o roubo nos salários na Administração Pública,* através de uma tabela remuneratória única, da redução dos suplementos remuneratórios e do aumento dos descontos para a ADSE. A redução das despesas com o pessoal, ao passar de 9,7% do PIB, em 2014, para 8,2%, em 2018, é esclarecedora do que podem esperar os trabalhadores;
- ◆ *Aumentam as contribuições para a Segurança Social (TSU) para todos os trabalhadores,* o que significa uma quebra do rendimento disponível em 100 milhões de euros, uma redução real dos salários, incluindo do salário mínimo nacional, deixando intactos os lucros dos accionistas das empresas, mas também o IVA, que aumenta mais 0,25%, enquanto se prevê uma nova redução do IRC, em 2015;
- ◆ *Persiste o ataque ao Sector Empresarial do Estado e aos serviços públicos, prosseguindo as privatizações e o desmantelamento de actividades.* O Governo pretende ainda reduzir, uma vez mais, indemnizações compensatórias para as empresas do Sector Empresarial do Estado, o que significará a degradação da situação económica destas empresas, em prejuízo do serviço público prestado, e o aumento dos preços dos transportes. Por outro lado, é cinismo e mentira afirmar-se que as funções sociais do Estado serão mantidas em volume e qualidade, quando se perspectiva diminuir o seu financiamento e o número de trabalhadores da Administração Pública.

Entretanto, o Governo PSD/CDS-PP, depois de ter afirmado que não faria outra revisão da legislação laboral, dá o dito por não dito, anunciando agora a intenção de reduzir a vigência dos contratos colectivos, ou até mesmo a suspensão temporária das convenções, de prolongar por mais tempo a suspensão do pagamento do trabalho suplementar, entre outras medidas gravosas que levariam a um novo corte da retribuição dos trabalhadores dos sectores privado e empresarial do Estado.

O Governo usa a mentira como sua política oficial

Estas medidas que prosseguem e intensificam a exploração dos trabalhadores e o empobrecimento do povo e do país, geradoras de mais injustiças e do aprofundamento das desigualdades, da exclusão social e da pobreza, mostram que o Governo PSD/CDS-PP prossegue, também, a política de mentira dos Governos que o antecederam.

A declaração do Primeiro-ministro sobre uma pretensa “saída limpa” de Portugal do programa de agressão a que foi amarrado pelo acordo entre as troicas nacional e estrangeira, constitui mais uma peça do imenso rol de mentiras a que habituou o povo português, no intuito de desviar a atenção das consequências dramáticas decorrentes da aplicação desse programa, com um país mais endividado, brutalmente espoliado pelo pagamento de juros agiotas, economicamente mais débil, com menor capacidade produtiva e com um lastro de retrocesso social sem precedentes, nomeadamente quanto aos níveis de desemprego, de rendimentos e de pobreza, que se mantêm dramaticamente elevadíssimos.

Ao contrário do que proclama o Governo, não há nenhuma “saída limpa”, pois o que sucederá em 2015 e nos anos subsequentes, se esta política não for derrotada urgentemente, não é a reposição de salários ou pensões de reforma, mas a confirmação do seu roubo, não só tornando permanente aquilo que anunciara ser transitório e apenas para o período do “memorando de entendimento”, como mantendo o objectivo de prosseguir a política de austeridade que conduz, inevitavelmente, a mais desemprego e a mais cortes de salários, de pensões e despesa social. Ou seja, “saída limpa” só para os grupos económicos e financeiros, para o grande capital, que beneficia desta política que submete os interesses do país e a vida dos trabalhadores e do povo ao garrote da exploração e empobrecimento e que visa perpetuar para o futuro a mesma política e manter Portugal dependente e submetido à ingerência estrangeira.

A CGTP-IN reafirma que a única saída possível do atoleiro em que a política de direita mergulhou o país e agravou brutalmente a vida dos trabalhadores e do povo passa pela renegociação da dívida (prazos, juros e montantes), pela renúncia ao Tratado Orçamental, que impõe restrições e expropria competências de soberania aos estados-membros, retirando-lhes instrumentos fundamentais para desenvolver o país, pela urgente demissão do Governo e pela realização de eleições legislativas. Está visto que a ofensiva não cessa, enquanto não derrotarmos a política de direita e não pusermos na rua os governos que a executam.

Vamos lutar pelas propostas dos trabalhadores e pela política alternativa, de esquerda e soberana

Perante a continuação desta ofensiva, que é inseparável dos compromissos assumidos por quem subscreveu o Tratado Orçamental da União Europeia para perpetuar o rumo de exploração e empobrecimento, o Conselho Nacional da CGTP-IN, reunido em 5 de Maio, decide:

- **Reafirmar a importância em intensificar a luta nas empresas e nas urnas no próximo dia 25 de Maio, dia de eleições para o Parlamento Europeu**, exortando os trabalhadores, os pensionistas e reformados, os desempregados, o povo em geral, a traduzir a luta em voto, para penalizar os que, lá como cá, estão comprometidos com a governação económica e o tratado orçamental, com os PEC e o programa de agressão, com a política de direita que inferniza as nossas vidas e hipoteca o desenvolvimento do país. Os problemas dos trabalhadores e do povo não se resolvem com a abstenção nem com o voto em branco ou nulo, dado que tal opção só daria mais força aos responsáveis pela situação em que nos encontramos. No dia 25 de Maio, em consciência, é necessário votar nos que têm provas dadas na defesa dos trabalhadores e do povo, que falam verdade e que não viram a cara à luta contra as adversidades, rejeitando as alegadas inevitabilidades e que, de forma consequente, têm combatido e combatem a política de direita e apresentam soluções para o país, batendo-se por uma Europa de cooperação entre países soberanos e iguais em direitos e por um Portugal com Futuro;
- **Desenvolver a acção reivindicativa**, envolvendo e mobilizando os trabalhadores em torno da resolução dos seus problemas, da concretização das suas aspirações, da definição das suas reivindicações e da luta para as alcançar, ligando a acção reivindicativa ao reforço da sindicalização e da organização de base;
- **Mobilizar para o Encontro sobre a Segurança Social**, a realizar no próximo dia 8 de Maio, no Porto, sob o lema “Afirmar e defender a Segurança Social Pública, Universal e Solidária;

- **Realizar uma Semana de Luta, de 26 a 31 de Maio**, centrada nos locais de trabalho com greves, paralisações e manifestações, contra os bloqueios à contratação colectiva e pelo **aumento dos salários e aplicação do aumento do salário mínimo nacional para os 515€, a partir de 1 de Junho**;
- **Convocar duas grandes Manifestações, no dia 14 de Junho, no Porto, e no dia 21 de Junho, em Lisboa**, com os seguintes objectivos:
 - Contra a exploração e o empobrecimento; Pelo direito ao trabalho e ao trabalho com direitos;
 - Combater e derrotar as propostas anti-laborais e anti-sociais constantes do novo programa de agressão contra os trabalhadores dos sectores privado, público e empresarial do Estado, que tem como objectivo, entre outros, destruir a contratação colectiva, reduzir os salários, aumentar os impostos e promover os despedimentos;
 - Assegurar as 35 horas semanais na Administração Pública e a publicação imediata dos Acordos (ACEEP) já assinados; pela redução progressiva do horário de trabalho para as 35 horas semanais, 7 horas diárias para todos os trabalhadores, sem redução do salário, medida socialmente justa e que visa, também, contribuir para a criação de mais emprego e com direitos;
 - Pela reposição dos direitos, salários e pensões que foram roubados, dando combate quer à intenção de transformar os denominados cortes provisórios em definitivos, quer à imposição de mais cortes;
 - Contra o roubo dos feriados e pela sua reposição, desde já do feriado que comemora o Dia do Corpo de Deus e que este ano se assinala a 19 de Junho;
 - Pela melhoria da protecção social e apoios sociais e pela defesa e promoção das funções sociais do Estado e contra a anunciada reforma do Estado, que visa, unicamente, promover um novo ataque à Segurança Social Universal e Solidária, ao Serviço Nacional de Saúde e à Escola Pública;
 - Pela demissão do Governo e a realização de eleições legislativas antecipadas;

Vamos afirmar os valores de Abril, pelo Futuro de Portugal!

Por uma política alternativa, de Esquerda e Soberana, que sirva os interesses dos trabalhadores, do povo e do país,

Lisboa, 5 de Maio de 2014